

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDGARD HENRIQUE BELLAFONTE BERNARDINO

A INFLUÊNCIA ANARQUISTA NAS AÇÕES DO MOVIMENTO OPERÁRIO
BRASILEIRO, DURANTE O PERÍODO DE 1889-1919, NO EIXO RIO – SÃO PAULO.

CURITIBA

2012

EDGARD HENRIQUE BELLAFONTE BERNARDINO

A INFLUÊNCIA ANARQUISTA NAS AÇÕES DO MOVIMENTO OPERÁRIO
BRASILEIRO, DURANTE O PERÍODO DE 1889-1919, NO EIXO RIO – SÃO PAULO.

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Sociologia Política, turma 2011,
oferecido pelo Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Paraná.

Professor Orientador: Dr. Nelson Rosário de Souza

CURITIBA

2012

À minha mãe, Maria Olinda, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho aborda a teoria anarquista e sua influência nas atitudes do movimento operário brasileiro, durante o período de 1989-1919. O movimento anarquista luta contra tudo aquilo que, segundo sua concepção, tira a liberdade do homem. A classe operária no Brasil passa a receber ideias libertárias vindas de anarquistas estrangeiros. Através de escolas livres, teatro, festivais, jornais, sindicatos, greves, os operários se unem para lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Dessa forma, serão analisadas as ações dos trabalhadores, dos patrões e do governo brasileiro.

Palavras-chave: Anarquismo; Movimento Operário Brasileiro; Luta de classes; Trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	04
1. Introdução	06
2. Teoria Anarquista	07
2.1 Conceito	07
2.2 Pensamento Anarquista	07
2.3 Escolas Anarquistas	11
2.4 Visão do Trabalho	12
3. Formação do Operário Brasileiro	13
4. Condições do Operariado	14
5. Ação Direta	16
5.1 Escolas Livres	16
5.2 Teatros e Festivais Operários	16
5.3 Imprensa	17
5.4 Sindicalismo	18
5.4.1 Sindicalismo Revolucionário x Anarquismo	19
5.5 Greves	20
6. Expulsão dos Imigrantes	21
7. Movimento Insurrecional	22
8. Considerações Finais	25
9. Referências Bibliográficas	27

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, fazer uma revisão bibliográfica, no campo das Ciências Sociais, sobre as variantes explicativas do anarquismo, e ainda, sua influência no movimento operário brasileiro, durante o período de 1889-1919, no eixo Rio - São Paulo.

No primeiro momento será abordado a teoria anarquista, seus principais representantes, e suas ideias para uma sociedade libertária. Para tanto serão utilizados a análise dos seguintes autores: Faure, Malatesta, Coelho, Proudhon, Woodcock, Bakunin, Malatesta, Kropotkin, Tragtenberg, Paula, Luizetto, Berkman.

No segundo momento será exposta como foi a formação do operariado brasileiro, como eram suas condições de vida e trabalho, e como o anarquismo influenciou em sua luta por mudanças; de acordo com os referenciais bibliográficos de Dulles, Valladares, Rodrigues, Hardman, Samis. E ainda, uma análise feita por Toledo, sobre, se o movimento operário sofreu maior influência anarquista ou do sindicalismo revolucionário.

Por fim, uma análise sobre o movimento insurrecional ocorrido entre 1917-1919, período no qual houve grandes greves em todo o Brasil, e luta armada entre o proletariado e as forças armadas. E que, muitos anarquistas foram expulsos do país, e, por conseguinte, a criação de partidos comunistas acabou por enfraquecer o movimento anarquista, de acordo com Dulles, Valladares, Rodrigues, Hardman.

Destaco ainda que, neste trabalho, optei por não citar os nomes dos personagens que foram importantes na luta operária no Brasil, pois procurei me ater aos fatos históricos e à concepções políticas.

2. TEORIA ANARQUISTA

2.1 Conceito

A origem da palavra anarquia vem do grego: *an*, que indica sem, e *archon*, governante. Dessa forma, anarquia significa viver sem governante. Portanto, para os anarquistas é preciso criar uma sociedade sem governo e, por conseguinte, sem Estado, pois estes estão alicerçados na autoridade e coerção, restringindo a liberdade dos indivíduos.

O que existe e que constitui o que se pode chamar de doutrina anarquista é um grupo de princípios gerais, conceitos fundamentais e aplicações práticas, segundo os quais foi estabelecido um consenso entre indivíduos cujo pensamento é contrário à Autoridade, e que lutam, coletiva e isoladamente, contra toda disciplina e repressão, sejam elas políticas, econômicas, intelectuais ou morais. (FAURE, 1981, p.58)

Diferentemente, é o conceito espalhado, ao longo da história, por políticos e burgueses, de que anarquia significa o caos, porém estes indivíduos se sentiram ameaçados em se manterem como membros dominantes da sociedade.

“Portanto, se considerarmos que o governo é necessário e que sem governo haverá desordem e confusão, é natural e lógico que a anarquia, que significa ausência de governo, também signifique ausência de ordem”. (MALATESTA, 1981, p.59) Entretanto, se consideramos o governo desnecessário e prejudicial, anarquia significará ordem.

2.2 Pensamento anarquista

O pensamento anárquico, a ideia de liberdade de ação sem os entraves de leis e governos sempre existiu, desde a Antiguidade. Porém foi na Inglaterra, que em 1793, William Godwin (1756-1836) publica *Inquérito sobre a justiça política*, fornecendo a primeira crítica libertária completa sobre o governo.

Godwin ressaltava o uso da razão, para ele a razão é idêntica em todos os indivíduos, podendo substituir qualquer lei, ou seja, cada um é seu próprio legislador. Dessa forma, as forças que oprimem a razão deveriam ser abatidas: leis, instituições, propriedade privada, governo, Estado. (COELHO, 2008, p.17)

Entretanto, como movimento ativista, o anarquismo surge no século XIX, na França, sendo que o primeiro indivíduo a se intitular anarquista foi Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Em 1840, Proudhon publica o livro *O que é a propriedade?* E responde afirmando que a propriedade é um roubo. Esta obra recebeu elogios de Karl Marx, e exerceu grande influência sobre pensadores do período. Porém, Proudhon não aceitava suas ideias como uma doutrina a ser seguida, o que o diferenciava de Marx. (WOODCOCK, 1981, p.14-15)

Para tanto, os anarquistas acreditam que as experiências do presente não podem ser usadas para planejar o futuro, pois as condições poderão ser diferentes. Dessa forma, o anarquismo não pode ser considerado utópico, sendo que a característica do pensamento utópico é o desejo de criar uma sociedade ideal, perfeita e, conseqüentemente estática. (WOODCOCK, 1981, p.17) Ou seja, não há uma ideia de como será a sociedade no futuro, não há planos determinados, mas sim a ideia de organizar uma sociedade de acordo com a vontade de indivíduos livres.

Amigo, e influenciado pelas ideias de Proudhon, o russo Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876) foi um dos grandes pensadores e combatentes anarquistas. Segundo Bakunin é necessário a abolição da Igreja e do Estado para se realizar a libertação da sociedade. Ele acredita que as instituições religiosas doutrinam a vida dos indivíduos, tiram sua liberdade forçando à servidão e, por conseguinte, favorece alguns aproveitadores. No livro *Deus e o Estado* ele expõe:

É preciso lembrar quanto e como as religiões embrutecem e corrompem os povos? Elas matam neles a razão, o principal instrumento da emancipação humana e os reduzem à imbecilidade, condição essencial da escravidão. Elas desonram o trabalho humano e fazem dele sinal e fonte de servidão. Elas matam a noção e o sentimento da justiça humana, fazendo sempre pender a balança para o lado dos patifes triunfantes, objetos privilegiados da graça divina. (BAKUNIN, 2011, p.55-56)

De acordo com Bakunin a revolução social deve ocorrer de baixo para cima, pela livre associação, e não de cima para baixo, criado por eruditos, ditadores ou assembléias, pois se isso ocorresse levaria à formação de uma aristocracia oficial, que começariam a explorar o povo em nome de um bem geral. (BAKUNIN, 1981, p.76)

Para Errico Malatesta (1853-1932), anarquista italiano, a propaganda (oral ou escrita) é um importante meio para difundir as ideias libertárias na sociedade, uma

educação para se chegar à revolução social. Porém a propaganda sozinha é impotente, “é pela luta que se aprende a lutar”. (MALATESTA, 1989, p.33)

Haja vista, o anarquismo sempre rejeita a ideia de um partido político, pois acredita que os partidos cometem os mesmos erros do governo, e ainda, considera a constituição como um sistema político fixo que institucionaliza o exercício do poder. Em fim, para os anarquistas “a liberdade não é algo que possa ser decretado e protegido por leis ou pelo estado”. (WOODCOCK, 1981, p.16)

Para Bakunin “quem fala de poder político, fala de dominação”. Os homens estavam errados ao acreditar que o sufrágio universal garantiria a liberdade dos povos. “Na realidade, o controle exercido pelos eleitores aos seus representantes eleitos é pura ficção”. (BAKUNIN, 1981, p.98-100)

Outro grande anarquista russo foi Peter Alexeyevich Kropotkin (1842-1912), que fez inúmeras críticas às leis que regulam a humanidade, pois para ele as leis servem para:

1) proteção de propriedade: foram criadas para despojar o produtor de uma parte do que este produziu e, para garantir a posse para outrem daquele produto que foi “roubado” do produtor;

2) leis constitucionais: criadas para proteger qualquer forma de governo, a máquina administrativa e, por conseguinte, privilegiar a classe dominante;

3) proteção dos indivíduos: criadas para combate e prevenção de “crimes”, porém estes só desaparecerão quando a propriedade privada deixar de existir, pois penas severas e a prisão não diminuem a quantidade de crimes, mas, se os alimentos podem ser comprados a um preço acessível, os “homens não se entregam a paixões sombrias”. (KROPOTKIN, 1981, p. 101-106)

Para Kropotkin a cooperação voluntária é o resultado de uma lei natural entre os homens, e, é através dela que os anarquistas desejam viver, rompendo com o paternalismo estatal, não precisando ficar a mercê do Estado, pois este centraliza as decisões, tirando a liberdade dos homens de decidirem sobre seu futuro. Desse modo, os anarquistas têm como princípio a ideia de descentralização, e de ação direta, pois todo homem é capaz de tomar decisões sociais e políticas. (WOODCOCK, 1981, p.21-22)

O que pretendem é inverter a pirâmide de poder que o Estado representa. Em vez de uma autoridade que emane de um paraíso político descendo pela escada da burocracia, acreditam que a responsabilidade deve começar entre os indivíduos e os pequenos grupos que ganharão maior dignidade ao exercê-la. [...] a mais importante unidade da sociedade é aquela em que o povo participa diretamente na realização de suas necessidades imediatas. Ninguém pode avaliar melhor do que aqueles que sentem. (WOODCOCK, 1981, p.23)

A sociedade federal deve ser formada a partir de núcleos locais, comunas, e se juntar a países vizinhos de interesses comuns, até que sejam abolidas as fronteiras, e “o mundo se torne uma federação de federações englobando todas as comunidades”, ou seja, internacionalismo. (WOODCOCK, 1981, p.26)

Segundo o brasileiro Maurício Tragtenberg (1929-1998), a definição que melhor expressa o anarquismo é a de uma sociedade solidária, sem nenhuma autoridade vertical, mas com associações voluntárias que se interligam, obtendo acordos entre os diversos grupos sociais, no âmbito da produção e do consumo social, substituindo assim, as funções do Estado de articular a sociedade como um todo. (PAULA, 2008, p.953)

Segundo Paula, Tragtenberg se define como uma marxista anarquizante, aceita as teses econômico-sociais de Marx, porém se opõe ao marxismo, leninismo, stalinismo, trotskismo. Defende a contribuição do anarquismo na luta contra a burocracia e na defesa da liberdade como valor. Dessa forma alguns autores o definem como anarco-marxista. (PAULA, 2008, p.954)

Tragtenberg duvida das soluções negociadas no âmbito do Estado, para tanto, afirma que a estratégia mais eficaz na luta dos trabalhadores seja a autogestão. Dessa forma, o autor critica as noções de ditadura do proletariado e partido hegemônico propagadas pelos leninistas e stalinistas, sendo a favor das leituras que Rosa Luxemburgo, Korsch e Lukács fazem da obra de Marx, nas quais a ditadura do proletariado se assemelha com a estrutura da Comuna de Paris, ou seja, autogestionária. (PAULA, 2008, p.955)

Portanto, na visão de Tragtenberg uma sociedade formada com a autogestão dos cidadãos, tendo organização de base, comitês de greve, comissões de fábrica, conselhos operários, e, por conseguinte, o predomínio no âmbito econômico, social e político, possibilitariam mecanismos para a extinção do Estado. (PAULA, 2008, p.955)

2.3 Escolas anarquistas

Flávio Luizetto, no livro *Utopias Anarquistas*, faz uma diferenciação entre as várias “escolas” anarquistas: a *individualista*, a *mutualista* e a *socialista* dividida em duas correntes, *coletivista* e *comunista*; tendo como base a questão sócio-econômica. (LUIZETTO, 1987)

Na escola *individualista*, a organização da futura sociedade ácrata – sem governo – deveria ter como princípio a liberdade individual, pois existe nos homens uma diversidade de interesses. Desse modo a coletividade é vista com desconfiança, por diluir as diferenças individuais em prol de um igualitarismo. Max Stirner (1806-1856), principal representante dessa escola, rejeitava as ideias dos outros modelos, pois neles os interesses coletivos prevaleceriam sobre os individuais, portanto seria incoerente trocar a dominação por parte do Estado, para a dominação da sociedade. (LUIZETTO, 1987, p.15-19)

A escola *mutualista* ocupa posição intermediária entre o modelo *individualista* e o *socialista*. Seu principal representante é Proudhon, no qual admitia que a prática do princípio associativo entre os homens seria desejável para manter a liberdade individual e sua singularidade, pois a vida social oscila entre tendências federativas (associativas) e tendências individuais (egoísmo). Para tanto, seria necessária a abolição do Estado centralizador antifederalista e antiindividualista, em prol da autogestão, de produtores livres e independentes. (LUIZETTO, 1987, p.23-27)

A escola *socialista* se difere por acreditar que o sentimento individualista, egoísta, não é natural do homem, mas sim um comportamento adquirido pelas instituições sociais, portanto, é possível modificar o sentimento individualista, para solidário ou cooperativo. Cabe a revolução social transformar essa situação. A partir de tais ideias, surgem as duas correntes dessa escola: *coletivista* e *comunista*. (LUIZETTO, 1987, p.29)

Bakunin, representante do modelo *coletivista*, propunha a fusão entre a teoria proudhoniana de organização federativa da sociedade e a teoria socialista de propriedade coletiva dos meios de produção. Bakunin acreditava que o maior inimigo dos indivíduos é o Estado, e não a sociedade. A sociedade deveria garantir igualdade para todos através da propriedade coletiva, para isso seria necessário a abolição da propriedade privada. Os

indivíduos receberiam proporcionalmente ao trabalho realizado. (LUIZETTO, 1987, p.30-33)

A outra corrente da escola *socialista* é chamada *comunista libertária, anarquista comunista* ou *anarco-comunista*. Seu principal representante é Kropotkin, no qual acreditava que comunismo e anarquismo se completavam mutuamente fazendo-se possível e aceitável. Outro representante dessa corrente é Malatesta, que dizia: “na medida em que se realize o comunismo será possível realizar o individualismo; isto é, o máximo de solidariedade para usufruir o máximo de liberdade”. (LUIZETTO, 1987, p.33-34)

Kropotkin na obra *A ajuda mútua como fator de progresso entre os animais e os homens*, investigou as condições de sobrevivência do mundo animal, e observou que há a predominância da ajuda mútua entre animais de mesma espécie, portanto, discordava da ideia de que a luta pela existência entre os homens é uma “lei natural”. Dessa forma, os anarquistas comunistas discordavam dos individualistas. (LUIZETTO, 1987, p.34-36)

Em relação aos *coletivistas*, os *anarco-comunistas* concordavam com os princípios federativos, porém, iam contra na questão da repartição da riqueza socialmente produzida. Os *coletivistas* repartiriam conforme o trabalho, isso só seria possível com fiscais e administradores, comprometendo assim, os princípios libertários. Dessa forma, os *anarco-comunistas* defendiam a participação na riqueza socialmente produzida conforme as necessidades individuais, seguindo a fórmula: “a cada um conforme as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades”. (LUIZETTO, 1987, p.37-38)

2.4 Visão do trabalho

A questão do trabalho e da repartição da riqueza socialmente produzida gerou inúmeras divergências dentro e fora do anarquismo. Para aqueles que se perguntam o que fazer com os homens preguiçosos, que não querem trabalhar? Alexander Berkman (1870-1936) responde da seguinte maneira:

Sob o regime anarquista, todos terão a oportunidade de se dedicar à ocupação que melhor se adaptar às suas aptidões e inclinações naturais. O trabalho passará a ser um prazer, deixando de ser – como agora é – uma escravidão mortal. Não se ouvirá mais falar de preguiça e todos os

objetos criados pelo interesse e o amor daqueles que os produzem serão realmente cheios de beleza. (BERKMAN, 1981, p.303)

Berkman ainda afirma que mesmo os trabalhos considerados mais árduos poderiam melhorar se mudassem as condições em que é desempenhado. Para tanto, cita como exemplo aqueles que trabalham limpando esgoto, visto como algo inferior e desprezível, no entanto, é algo extremamente útil para manter a saúde da população, prevenindo epidemias. “Do ponto de vista da utilidade social, médico e funcionário de limpeza pública são colegas de profissão: o primeiro trata de nós quando estamos doentes, o segundo ajuda evitar que isso aconteça”. (BERKMAN, 1981, p.304)

Portanto, numa sociedade anarquista os homens seriam apreciados pela sua disposição em executar tarefas uteis para a sociedade, dessa forma teriam melhores condições de trabalho e receberiam conforme suas necessidades.

Em suma, os anarquistas desejam uma revolução social, na qual deve ser abolida a propriedade privada, as leis sociais, a Igreja, o governo, o Estado, o patriotismo, o militarismo. Em fim, tudo aquilo que, na visão anarquista, tira a liberdade do homem, que o corrompe, e que o leva a agir sem a razão, que o torna um escravo.

3. FORMAÇÃO DO OPERARIADO BRASILEIRO

No final do século XIX, o Brasil sofreu importantes mudanças político-sociais. Em 1888, é abolido o trabalho escravo, e no seguinte, em 1889, é Proclamada a República no Brasil. Nesse período o país passou a receber um grande número de imigrantes, principalmente nas regiões sul e sudeste, muitos imigrantes tinham suas passagens custeadas pelo próprio governo brasileiro ou por fazendeiros, estas seriam pagas após começarem a trabalhar.

Dentre as diversas nacionalidades que chegavam ao Brasil, destacavam-se os povos latinos, em especial os italianos. “Entre os anos de 1884 e 1903, o Brasil recebeu mais de um milhão de italianos, número superior ao conjunto de todos os outros imigrantes dos demais países no mesmo período”. (DULLES, 1977, p.17)

Até a década de 1910, a maioria dos imigrantes se instalava em fazendas de café, principal produto do país na época, a partir de então os imigrantes, em geral, iam direto

para as cidades, trabalhar em fábricas, na qual tiveram peso determinante até a década de 1920. (VALLADARES, 2000, p.37)

Porém o imigrante não era protegido pelo governo de sua terra e nem pelo governo local, chegava “sem amparo, sem conhecer a terra, o clima, o idioma, as condições de trabalho”. Empregavam-se em fazendas ou na “indústria embrionária”. (RODRIGUES, 1984, p.12)

A maioria dos trabalhadores especializados, tanto nas fábricas como nas fazendas, eram em geral imigrantes, exerciam trabalhos qualificados, por isso recebiam salários um pouco maior do que o trabalhador local.

Os imigrantes trouxeram, além da força de trabalho, seus hábitos culturais, religiosos e políticos. Muitos haviam participado, em seus países, de lutas operárias, conflitos contra a burguesia, contra o Estado e contra a Igreja. Em fim, trouxeram consigo ideologias, entre elas o anarquismo, que era muito forte na Itália, Espanha, Portugal, principalmente pela influência de Bakunin e Malatesta nesses países.

A base de sustentação do Brasil, durante a Primeira República (1889-1930), era rural, dessa forma o operariado industrial era excluído da participação civil e política, pois não possuíam mecanismos institucionais para alcançarem seus objetivos. Isso contribuiu para fortalecer a posição anarquista no país, na qual visava a participação político-social extra-institucional e anti-estatal. (VALLADARES, 2000, p.38)

4. CONDIÇÕES DO OPERARIADO

No início da República o operariado brasileiro sofria com péssimas condições de trabalho e de vida. A intensa chegada de imigrantes, somado aos trabalhadores brasileiros, aumentou o número de mão-de-obra demasiadamente, o que fez os salários serem cada vez mais baixos. Os trabalhadores chegavam a ser tratados como escravos, trabalhavam até 16 horas diárias, os salários mal davam para a subsistência, e ainda eram castigados. Eram explorados tanto nas fazendas como nas fábricas.

Os baixos salários que os homens recebiam, além do grande número de desempregados, fizeram com que as mulheres e as crianças entrassem no mercado de

trabalho. Muitas fábricas adaptaram seus equipamentos para que as crianças pudessem manuseá-los. Isso contribuiu para o aumento do número de trabalhadores, e, por conseguinte, o aumento do “exército industrial de reserva”, ou seja, vários trabalhadores que estavam desempregados se submetiam a trabalhar por salários baixíssimos para poderem sobreviver, isso fazia com que, sempre quem estivesse trabalhando recebesse pouco. (VALLADARES, 2000, p.42)

O operário urbano era refém até mesmo quanto a sua moradia, pois os preços de aluguéis eram muito altos, e seus salários eram baixos. Aqueles que conseguiam adquirir um terreno moravam em regiões desvalorizadas, formaram-se assim bairros operários, portanto, uma “segregação geográfica”. Esses bairros, em sua maioria, ficavam em várzeas, terrenos irregulares e úmidos, isso acarretava em doenças como: peste bubônica, varíola, febre amarela, tifo, tuberculose e gripe espanhola. Outra opção de moradia eram as vilas operárias, construídas pelos patrões, normalmente ficavam próximas as fábricas, porém estas normatizavam o tempo e cotidiano do operariado, disciplinava-os, deixando-os longe de manifestações ideológicas, e ainda, qualquer movimento reivindicatório ou ameaça de greve, era motivo para o despejo da vila. (VALLADARES, 2000, p.43-45)

Hardman destaca que para a burguesia, o proletariado não existia como classe, e que, não passava de apenas alguns agitadores, e ainda:

O proletariado será desterrado pela ideologia dominante, combinada à repressão férrea, inexistindo como parte da “*Realidade Nacional*”: não se trata ainda, aqui, da tão decantada exclusão política; a exclusão, aqui, é *anterior* ao mundo da cidadania e dos direitos políticos, é sócio-cultural, é ampla e indiscriminada. Excomunga-se o proletariado, como *raça de bárbaros*, do convívio no espaço e no tempo dos *civilizados*; é uma exclusão do direito de vida, para além da sua reprodução mecanizada como força de trabalho. (HARDMAN, 1984, p. 60)

Portanto, as condições de trabalho do operário eram muito difíceis, e este a qualquer momento poderia perder o emprego, sendo para reduzir as despesas salariais do patrão, ou porque estava ligado à sindicatos, à greves, à militância. O operário, muitas vezes, era demitido sem nenhuma indenização, não possuía direitos legais frente ao patrão.

5. AÇÃO DIRETA

5.1 Escolas Livres

No início da República, havia elevado número de analfabetos no Brasil, eram poucas as escolas, de modo que, estudar era para os ricos, pois os pobres não tinham condições financeiras para custear a educação de seus filhos, que ao invés de estudar tinham que trabalhar para contribuir na renda familiar. Desse modo, quase todos os trabalhadores eram analfabetos e, por conseguinte se tornavam submissos aos patrões, “uma homem-instrumento, máquina de trabalho, sem capacidade de pensar, raciocinar, refletir, reclamar e reagir.” (RODRIGUES, 1984, p.135-136)

Percebendo tal situação, imigrantes anarquistas - principalmente italianos, espanhóis e portugueses - resolveram fundar Escolas Modernas (escolas livres, inspiradas nas ideias libertárias do espanhol Francisco Ferrer), para alfabetizar os trabalhadores, e levá-los a reflexão e debates. Tais escolas surgem, no início de 1900, primeiro em São Paulo e no Rio de Janeiro e, mais tarde se espalham nas regiões sul e sudeste do país. Rodrigues expõem que:

A ideia alfabetizadora invadiu associações de classe, tornou-se uma obrigação de todos! Não havia um sindicato ou um *Centro de Cultura Social* que não tivesse sua escola para alfabetizar e instruir. Umas ministravam curso primário, profissionais de corte e costura, desenhos geométrico, artístico, outras ensinavam música e teatro social, mas todas visavam alfabetizar, instruir e desenvolver a capacidade intelectual dos trabalhadores e seus filhos. (RODRIGUES, 1984, p.141)

As escolas livres contribuíram para a formação de laços de solidariedade entre a classe operária. Esses laços aumentaram ainda mais com outras atividades culturais que foram se desenvolvendo entre os trabalhadores. Com tudo, o objetivo era expor aos trabalhadores a ideologia anarquista, para que estes pudessem combater seus opressores e mais tarde virem a formar uma sociedade acráta.

5.2 Teatro e festivais operários

De acordo com Rodrigues (1984, p. 144-145) o teatro social libertário – surge no mesmo período que as Escolas Modernas – avançou juntamente com o operariado

brasileiro, sendo que, no Rio de Janeiro os militantes do teatro social, prevaleciam os espanhóis e portugueses, e em São Paulo os italianos. Para os anarquistas esse era um excelente instrumento de propaganda ideológica, de debates públicos, revelador de capacidades artísticas, e de divertimento que unia as famílias. Além disso, um meio para obter dinheiro para manter os jornais libertários.

Outro meio cultural de propaganda eram os festivais espetáculos, realizados em espaços públicos, em geral parques, onde se convertia a festa de propaganda em diversão popular. Até mesmo o futebol e o baile, que sofria críticas dos anarquistas foram incorporados às festas operárias. Em geral, esses festivais contribuíram para a formação da identidade da classe operária e sua própria cultura. (HARDMAN, 1984, p.42)

5.3 Imprensa

A publicação de jornais foi uma importante ferramenta do operariado brasileiro, através deles eram divulgadas notícias sobre as mais diversas situações da vida dos trabalhadores, desde denúncias contra a burguesia, o Estado, a Igreja - tanto no âmbito nacional, como internacional; e, até mesmo, notícias sobre festas, peças de teatro, palestras, em fim, encontros operários na tentativa de homogeneização da classe.

As cidades mais industrializadas no início da República eram São Paulo e Rio de Janeiro, foram nelas onde surgiram os principais jornais operários, esses jornais eram, em sua maioria, socialistas e anarquistas. Porém, “dificuldades financeiras e diligências policiais garantiriam vida breve para a maioria desses periódicos, ou temporárias interrupções na publicação dos mais bem sucedidos”. (DULLES, 1977, p.23)

Os anarquistas acreditavam que através dos jornais poderiam preservar e desenvolver valores da classe operária, neles poder-se-ia propagar ideias libertárias, e, fazer frente à imprensa burguesa, que buscava a disciplina e o enquadramento dos trabalhadores junto ao sistema. Os redatores escreviam sobre a necessidade da luta pela liberdade e justiça social, mostravam as práticas cotidianas de resistência, fortalecendo a identidade de classe. (VALLADARES, 2000, p.46-47)

Devido ao grande número de nacionalidades dentro do operariado brasileiro, existiam jornais publicados nas línguas dos imigrantes, ou então, apenas alguns artigos dentro de publicações em português. Nos momentos de maiores agitações dos trabalhadores, o número de páginas, ou mesmo de tiragens, aumentavam. Muitos militantes faziam doações para ajudar a manter os jornais que tinham poucos recursos financeiros, por isso a maioria dos jornais possuía uma coluna de despesas, para prestação de contas. (VALLADARES, 2000, p.47)

O governo não aceitava as reclamações dos trabalhadores feitas nos jornais, e para acabar com a imprensa operária, ativava os órgãos de segurança, que saíam prendendo os “agitadores” nacionais e expulsando os estrangeiros. O alvo era os redatores e colaboradores, militantes intelectualizados que proferiam palestras, conscientizavam, preparavam o operariado para a luta de classe no Brasil. (RODRIGUES, 1984, p.131-132)

A imprensa libertária constantemente publicava em seus jornais a perseguição aos militantes, a invasão às redações dos jornais, prisões de trabalhadores grevistas, a interrupção de festas proletárias, tudo isso com violência policial. Dessa forma, os anarquistas acreditavam que deveriam retomar a *ordem*, pois era o sistema capitalista (que impunha a “ordem do trabalho” e “do progresso”) que estava causando a *desordem*. (HARDMAN, 1984, p. 46)

Muitos operários aderiram ao anarquismo inspirados pela leitura desses jornais, porém deve-se diferenciar um simpatizante de um militante. Os militantes se destacavam por participarem de diversas atividades: publicação de livros e jornais, correspondência com militantes de outras regiões, criação de escolas e bibliotecas, promoção de teatro, conferências, em fim, divulgando ideias libertárias. (TOLEDO, 2004, p.47)

5.4.1 Sindicalismo

Os grandes capitalistas brasileiros não reconheciam o valor do trabalho do imigrante, e ainda, pensavam que os operários europeus não tinham consciência. “Por isso cometeram brutalidades de todos os níveis, levando os trabalhadores a organizar associações de classe, sociedades de resistência e tornar funcional o movimento de ação direta”. (RODRIGUES, 1984, p.13)

Muitos imigrantes chegavam ao Brasil já tendo participado de lutas sindicais na Europa, e sempre que desembarcavam no país, traziam consigo livros, jornais e discussões que estavam acontecendo no sindicalismo europeu, portanto atualizavam o operariado brasileiro, que procurava estabelecer um vínculo – internacionalismo proletário. No entanto havia algumas dificuldades na organização do operariado brasileiro: as diversas nacionalidades dificultavam a comunicação, divergências políticas, medo de perder o emprego, além disso, o medo de ser deportado. Portanto, o que caracterizava o operariado brasileiro era a heterogeneidade. (VALLADARES, 2000, p.39)

Socialistas e anarquistas militaram ombro a ombro para persuadir os operários a ingressarem nas associações trabalhistas. Porém, os anarquistas não encaravam o sindicato como único meio para atingir seus objetivos. (DULLES, 1977, p.23)

Mesmo com muitas adversidades, em 1905, foi criada a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e, no ano seguinte, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Entre os dias 15 e 22 de abril de 1906, no Centro Galeano, no Rio de Janeiro, foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que contou com a participação de 54 delegados representando 28 associações de várias partes do Brasil. O Congresso decidiu por adotar os princípios da confederação francesa, CGT (*Confédération Générale Du Travail*): neutralidade sindical, federalismo, descentralização, antimilitarismo, antinacionalismo, ação direta, greve geral. Além disso, foi decidido a criação de uma confederação – Confederação Operária Brasileira (COB); e um jornal sindical – *A Voz do Trabalhador*; para auxiliarem as federações. (SAMIS, 2008, p. 177-80)

Contudo, mesmo com a formação de uma confederação ainda ocorriam muitas divergências entre anarquistas e socialistas, uma relação complexa, e que, se faz necessário analisar.

5.4.2 Sindicalismo revolucionário x Anarquismo

Edilene Toledo (2004) na obra *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, acredita que o movimento operário, nesse período, possuía mais características do sindicalismo revolucionário do que anarquista e mais sindicalista do que revolucionário.

O sindicalismo revolucionário nasce de dentro dos sindicatos, utilizando-se da ação direta, mesclando ideias socialistas e anarquistas, desse modo se caracteriza como uma doutrina política. A autora expõe que o sindicalismo revolucionário é:

um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o órgão único capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores. (TOLEDO, 2004, p.13)

No Brasil a COB adotou o modelo da CGT, no qual não associava seus interesses a qualquer partido ou tendência política, portanto havia anarquistas (estes entraram para conter os socialistas); havia socialistas e havia sindicalistas revolucionários puros no interior da COB e da FOSP, porém estes sindicatos agiam com neutralidade política, características fundamentais do sindicalismo revolucionário. (TOLEDO, 2004, p.53)

Enquanto para os anarquistas o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado. Enquanto os primeiros sonhavam com uma federação de sindicatos. Uns apostavam na solidariedade moral, outros numa solidariedade de classe. Enquanto para os sindicalistas revolucionários as vantagens obtidas pelos trabalhadores eram a preparação da sua emancipação, para muitos anarquistas eram parte de um reformismo nocivo que faria que a sociedade capitalista se perpetuasse. (TOLEDO, 2004, p. 14)

Portanto para Toledo (2004, p.53), enquanto os anarquistas utilizavam dos sindicatos como um meio de propaganda para se atingir à revolução social, o sindicalismo revolucionário teve sucesso por aceitar e defender a luta por reformas, por melhorias para os operários.

5.5 Greves

Para o trabalhador imigrante, tanto no Brasil como no seu país de origem, precisava lutar por melhores salários, redução da jornada de trabalho, segurança contra acidentes no

trabalho, higiene no trabalho, direito de fundar associações, de fazer greve, de frequentar escolas. Porém “a cada protesto operário, o governo respondia pela voz dos cassetes”. Ao invés do capataz tirano, “agora era vez do policial que, a pretexto de manter a ordem burguesa dos novos ricos, fazia ouvir a voz dos cassetes no corpo mal alimentado do operário”. (RODIGUES, 1984, p.83)

Em contra partida, muitos operários se propuseram a violência em resposta a violência policial e patronal. “Às vezes, como desabafo, e outras, como expressão sincera do que sentiam e pensavam, o certo é que a maioria dos trabalhadores achava que a burguesia de então só entendia e respeitava realmente o movimento de ação direta, intercalado com atos de desforços e atentados violentos.” (RODIGUES, 1984, p.106)

Além da colaboração entre os industriais e a força de repressão do Estado, a religiosidade e o patriotismo voltaram a ser lembrados para impedir a expansão da ideias revolucionárias e internacionalistas. Como Valladares afirma:

O clericalismo foi reativado na sua plenitude como elemento de controle. A Igreja readquiriu uma importância fundamental no processo de introjeção dos valores dominantes. O púlpito voltou a servir de palanque para pregações em que o trabalhador era incitado a aceitar a vida miserável, os baixos salários, a hierarquia, o ritmo das máquinas. O objetivo era que os trabalhadores se transformassem em responsáveis pela sua própria servidão.

Através do paternalismo filantrópico burguês e da caridade cristã pregada pelos padres, o operário deveria aprender a levar sua cruz de pobreza e humildade, conformar-se com sua sorte. Era desejo dos patrões moldar trabalhadores mais obedientes e cumpridores dos seus deveres. Os padres auxiliaram no processo de construção dessa rigorosa disciplina. A associação entre interesses patronais e a dominação religiosa resultou na mais completa vigilância no dia-a-dia do trabalhador e de sua família. Nenhum momento foi esquecido por aqueles que procuravam normatizar completamente a vida dos trabalhadores. (VALLADARES, 2000, p.51)

Portanto, as instituições sociais conservadoras lutaram para manterem-se como entidades dominantes do sistema, através do discurso ideológico e do uso da violência legítima do Estado.

6. EXPULSÃO DOS IMIGRANTES

Segundo Rodrigues, o governo brasileiro manipulou leis capazes de tornar justas as expulsões de trabalhadores imigrantes e “homens de ideias”. Discutida no Parlamento no

final de 1906 e aprovada em 07/01/1907, a *Lei Adolfo Gordo* (nome do deputado que lhe deu o nome) propunha expulsar o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública, só não era expulso aquele que residisse no país por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando casado com brasileira ou viúvo, ou ainda, quando tivesse um filho brasileiro. (RODRIGUES, 1984, p.84-85)

A lei visava os estrangeiros anarquistas mais atuantes, que se dedicavam a proferir palestras e a levar as ideias libertárias por todo o país, estes eram subsidiados pelas associações operárias. A própria polícia estimulava os patrões a não darem emprego aos anarquistas, para que, desempregados, fossem expulsos como vadios. O trabalhador estrangeiro passou a ser preso e expulso, pelos mais absurdos motivos, nenhum criminoso comum, ladrão foi enquadrado em tal lei, o alvo eram os anarquistas. (RODRIGUES, 1984, p.85-86)

Em 1912 a Lei Adolfo Gordo foi reformulada, aparelhando a polícia com delegados, que saíam à procura de anarquistas, tais delegados não hesitava em expulsar os trabalhadores estrangeiros, até mesmo sem o conhecimento do Ministério da Justiça. (RODRIGUES, 1984, p.88)

A Confederação Operária Brasileira (COB) passou a fazer vários comícios contra a lei de expulsão, chamando o operariado brasileiro, e até mesmo internacional a protestar. Em abril e maio de 1913, França, Itália, Espanha e Portugal aderiram à causa, e, em solidariedade, também promoveram comícios de protestos contra a tal lei. Em reação, o governo brasileiro minimiza as perseguições durante um curto momento, porém retoma mais tarde de maneira intensificada. (RODRIGUES, 1984, p.86-87)

7. Movimento Insurrecional

No período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil sofreu seus reflexos. Houve aumento no custo de vida, desde os alimentos até os valores dos aluguéis. Diante disso, formaram-se as “Ligas Anti-Militaristas”, e juntamente com a COB, “declaram guerra aos açambarcadores, aos industriais, comerciantes gananciosos e ao governo, que lhes dava cobertura legal.” (RODRIGUES, 1984, p.113)

Segundo Valladares (2000, p.49-50), foi precisamente durante os anos de 1917-1920 que o sindicalismo revolucionário brasileiro teve seu apogeu, no qual houve “uma tentativa de negação do universo burguês de dominação”. Esse crescimento de manifestações operárias ganhou impulso com a vitória da Revolução Russa de 1917.

Nessa época havia uma “explosão dos festivais proletários”, que possibilitaram condições favoráveis para reunir uma massa popular ativa nos espaços públicos – ruas, parques, jardins - e que, estimulou os núcleos libertários a procurarem e identificarem-se com esses espaços. (HARDMAN, 1984, p.42)

Vários comícios foram realizados pedindo o fim da guerra, com o slogan “Paz entre nós, combate aos capitalistas”. Eclodem greves em todo o país, aumenta o número de desempregados, os armazéns de alimentos passam a ser assaltados para matar a fome do povo. Em São Paulo a situação se converte em um movimento insurrecional, no qual os trabalhadores passam a trocar tiros com a polícia, e a levantar barricadas nas ruas da cidade. (RODIGUES, 1984, p.113-114)

Nesta batalha entrou todo o proletariado brasileiro. As greves de solidariedade eclodiram no Rio de Janeiro, Recife, Rio Grande do Sul, Paraná, Belém do Pará, Minas Gerais, Bahia e noutros Estados, com menos intensidade. Muitos mandaram delegados a São Paulo e, nasceram como um relâmpago, “Comitês de Socorro aos Grevistas e suas Famílias”. Alguns sindicatos preparavam comida e outros distribuíam gêneros. (RODIGUES, 1984, p.115)

O governo brasileiro, diante da greve geral, acusava os operários de conspiração, dizia que os mesmos haviam abandonado o serviço no mesmo período, e ainda, não haviam levado reivindicações aos seus empregadores. Várias eram os comunicados oficiais pedindo o fim da greve, apelavam para difamações aos anarquistas, dizendo que haviam sido presos diversos anarquistas encontrados com grandes quantias de dinheiro. (DULLES, 1977, p.70)

O presidente Wenceslau Braz cria a “Sopa Popular” e manda distribuir aos mais necessitados em São Paulo e no Rio de Janeiro. O governador de São Paulo, Altino Arantes, cedeu algumas exigências dos grevistas, e por fim os traiu. No final das greves foram poucos os que perderam a vida, mais muitos perderam a liberdade, sendo que a maioria dos estrangeiros anarquistas foram expulsos do país. (RODIGUES, 1984, p.114-115)

Em 1919, o governo de São Paulo manda fechar as escolas livres (operárias) alegando que as mesmas não cumpriam com a legislação de ensino. Porém isso ocorreu devido ao medo que a burguesia e governo, estavam naquele momento, dos operários se intelectualizarem e se revoltarem ainda mais com as suas condições de trabalho e vida. (HARDMAN, 1984, p.75)

Entre os dias 21 e 23 de junho de 1919, foi realizado no Rio de Janeiro, a “Primeira Conferência Comunista no Brasil”. A partir de então, surgem partidos comunistas em todo o território nacional, com isso, surge conflitos ideológicos dentro da classe operária, entre anarquistas e comunistas. (DULLES, 1977, p.78)

Ao término da greve geral, o movimento anarquista passou a perder sua força para o comunismo que cada vez mais ganhava adeptos, pois muitos anarquistas haviam sido expulsos do país, e, o movimento anarquista rejeitava a ideia de partidos político, dessa forma a classe operária brasileira passou a ver nos partidos comunistas maiores chances de participação decisória, em busca de seus anseios por melhorias de vida e trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição da análise dos autores destacou as diversas teorias dentro do anarquismo, bem como uma divisão em escolas anarquistas como a *individualista*, a *mutualista*, a *socialista* dividida em duas correntes, *coletivista* e *comunista*. Pode-se compreender a ideia anarquista de viver em uma sociedade libertária, sua concepção política, econômica e social.

A chegada de imigrantes no Brasil durante a virada do século XIX para o século XX proporcionou a entrada de novos hábitos culturais, religiosos, políticos e ideológicos, no país, entre eles o anarquismo.

As péssimas condições de trabalho, baixos salários, insalubridade, em fim, péssimas condições de vida para o operariado brasileiro, fez com que as ideias libertárias anarquistas conquistassem rapidamente vários simpatizantes e militantes. Dessa forma, através de escolas livres, teatro, festivais, jornais, sindicatos, greves, os operários se uniram para lutar por melhores condições de trabalho e de vida.

A burguesia, juntamente com o governo brasileiro, utilizou todos os instrumentos necessários para conter o operariado, desde demissões, expulsão das vilas operárias, prisões, violência policial, mas arma principal foi a expulsão dos estrangeiros, em sua maioria eram anarquistas, acusados de causar a desordem no Brasil.

Através das adversidades, o operariado criou sua identidade, foram criadas a FOSP, a FORJ, a COB, que lutavam por melhorias, e que, contribuiu na conquista de melhores salários, redução de jornada de trabalho.

Contudo, após o movimento insurrecional, ocorrido entre 1917-1919, o medo da sublevação, fez o governo brasileiro expulsar muitos anarquistas do país. E, ainda nesse período as ideias comunistas passaram a ganhar força no movimento operário, com a criação de partidos comunistas, uma arma que os anarquistas rejeitavam. Dessa forma, o anarquismo, aos poucos perdeu seu espaço, frente ao proletariado, para o comunismo.

Por fim, notou-se a influência que o anarquismo teve no movimento operário brasileiro: inspirou os trabalhadores a lutarem por mudanças, criação de identidade de

classe, criação de federações operárias, atividades culturais, atividades intelectuais, muitos setores conquistaram redução na jornada de trabalho, em fim, mais do que tudo o operariado passou a ter participação civil e política.

É importante destacar que o ideal anárquico permaneceu e ainda permanece presente até hoje na sociedade brasileira, porém sem a mesma força que possuía no período de 1889-1919.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Plínio Augusto. História do Anarquismo. São Paulo: Faísca: Imaginário, 2008. 215 p.

DULLES, John W. Foster. Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 448 p.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão. São Paulo: Brasiliense, 1984. 199 p.

LUIZZETTO, F. Utopias anarquistas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. São Paulo: Novos Tempos, 1989. 131 p.

PAULA, Ana Paula Paes de. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2008. p.949-968.

RODRIGUES, Edgar. Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984. 187 p.

TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 142 p.

VALLADARES, Eduardo. Anarquismo e anticlericalismo. São Paulo: Imaginário, 2000. 93 p.

WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981. 361 p.